

MODOS DE PRODUÇÃO E O SENTIDO DA ESCOLA PÚBLICA NO BRASIL (1930-1990)

Venância Josephine Grande (PIC/ UEM), Maria Christine Berdusco Menezes
(Orientador). E-mail: ra116022@uem.br.

Universidade Estadual de Maringá, Departamento de Teoria e Práticas da Educação
(DTP), Maringá, PR.

Área e subárea do conhecimento: Educação/ Fundamentos da Educação

Palavras-chave: Políticas Públicas Educacionais, Modos de Produção, Neoliberalismo, História da Educação.

RESUMO

Refere-se a uma proposta de iniciação científica inserida na área de Educação, na linha de pesquisa em Políticas Educacionais. Foi realizada por meio de revisões bibliográficas, análise documental, explorando o modo de produção vigente no período dos anos 1930 até 1990 e correlacionando-o com o sentido da escola pública brasileira em sua formação para atender as demandas do mundo do trabalho. O objetivo dessa pesquisa é analisar o modelo de produção e mercado de trabalho na Era Vargas, no período da Quarta República Brasileira, Ditadura até o início do processo de redemocratização brasileira e como o modelo de produção influenciou a organização da escola pública no Brasil. A retomada histórica desse processo se faz essencial para compreendermos o sentido da educação pública atualmente. Aferimos que as políticas públicas educacionais compõem essa teia de mecanismos do capitalismo para integrar a classe operária à sociedade, sem que esta assuma um papel de protagonismo e liberdade e a função da escola reproduz o sistema e demandas do capital.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa é relevante, pois busca compreender o percurso histórico das relações entre a escola pública, as políticas públicas de educação e os meios de produção e o mercado de trabalho no Brasil. Para isso, apresentamos como a educação é concebida nas Constituições brasileiras, ressaltando que somente com após a Constituição de 1988 é que registra no país mudanças na forma de produção, alterando o fordismo para o toyotismo. Nesse sentido há

necessidade de compreender a o sentido da escola pública: processo de humanização ou formação para o mundo do trabalho?

No período de 1930 a 1990, no Brasil, diversas modificações estruturais ocorreram para a implementação e construção da educação pública no contexto de transição do modo capitalista de produção. Entretanto, sob a ótica da função social escolar de Saviani (2013), entendemos que a escola pública como instrumento de luta, onde visa proporcionar ascensão social e cultural aos filhos da classe trabalhadora, análises de maneira crítica das concepções da classe dominante e, que essas concepções sejam formuladas e compreendidas para os interesses da classe dominada.

No entanto, o que se observa pelo percurso histórico é que há uma dualidade na função da escola, há tentativas de emancipação da escola pública, e por outro lado a escola para atender as pendências do mercado de trabalho, conseqüentemente, dos modelos de produção que o sistema capitalista impõe.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente Projeto de Iniciação Científica (PIC) é de cunho bibliográfico e documental, com base no materialismo histórico. Para tanto, faz-se necessário evidenciar a construção política disseminada, tanto no aspecto governamental quanto no aspecto escolar, reiterando o papel do Estado, da construção do modelo taylorista, fordista e toyotista (ALVES, 2007) e por fim, o paradigma social da época. A análise contou com as bases epistemológicas de Karl Marx (2013) e Saviani (2013) bem como os documentos da 3ª Constituição de 1932 (Segunda República), da 4ª Constituição de 1937 (Estado Novo), 5ª Constituição de 1946, 6ª Constituição de 1962 (Regime Militar) e por fim, a 7ª Constituição de 1988 (cidadã).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A função da escola em cada período histórico teve como base a aprovação das Constituições que define o papel da educação. O recorte temporal proposto, parte da Constituição de 1934, promulgada após a Revolução de 1930, representou

um marco democrático no Brasil, em relação a educação destaca-se o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova que teve grande influência com a defesa da escola pública para todos, laica e gratuita, educação profissional e métodos pedagógicos mais dinâmicos, mas desafios como falta de recursos e formação adequada de professores persistiram.

A Constituição de 1937 foi promulgada durante o regime autoritário de Getúlio Vargas caracterizou-se por estabelecer um Estado centralizador e autoritário, restringindo liberdades civis e políticas. A política educacional desse período seguiu tendências conservadoras, com uma forte ênfase no nacionalismo, autoritarismo e controle da sociedade. O governo Vargas centralizou a educação, impondo um currículo nacional e restringindo a liberdade de ensino, enquanto promovia a formação técnica e profissionalizante. Embora tenha ampliado a oferta de escolas, também limitou o acesso a certos grupos sociais. Esse conservadorismo governamental deixou marcas profundas na educação e na sociedade brasileira da época.

Quase dez anos depois é promulgada após a queda da ditadura do Estado Novo a quinta Constituição no ano de 1946 que marcou o retorno da democracia no Brasil ao estabelecer garantias de liberdades civis, direitos políticos e igualdade de oportunidades. A educação também foi abordada, tornando o ensino primário obrigatório e gratuito, destinando parte do orçamento para a educação. A industrialização ganhou impulso nesse período, com crescimento econômico e a expansão do ensino técnico, mas também ampliou desigualdades. Destaca-se a aprovação da primeira LDB em 1961 (LDB 4024/61).

A Constituição de 1967 promulgada durante o regime militar no Brasil, consolidou poderes autoritários ao presidente e restringiu direitos políticos e civis. Na área educacional descentralizou a responsabilidade do sistema educacional para estados e municípios. A profissionalização do ensino médio foi introduzida para atender às demandas industriais, mas gerou debates sobre limitar a formação dos estudantes.

A Constituição de 1988 é um marco no Brasil, garantindo uma ampla gama de direitos e princípios fundamentais para os cidadãos. Ela estabelece direitos civis, sociais e políticos, além de mecanismos de participação popular. Há encaminhamentos e aprovação da segunda LDB, Plano Nacional de Educação e um aparato de legislações voltadas aos níveis e etapas da educação.

Observa-se que as Constituições Federais, sobretudo no que se refere as políticas educacionais do país, estiveram em constantes transformações para atender as demandas econômicas da nação. Os setores de negócio, ora mais ou menos diretamente, assumem protagonismo nas definições legislativas da educação brasileira, impactando a Classe trabalhadora, que depende da educação pública e gratuita.

CONCLUSÕES

Ao analisar a história educacional do Brasil, está se relaciona ao contexto de promulgação das Constituições do Brasil. Ao longo dos diferentes regimes políticos e ideologias que atravessaram o país, o sistema educacional sempre foi restrito a uma minoria. Diante das contradições, o sistema capitalista tenta defender-se atribuindo a reprodução de suas relações uma capacidade e elasticidade de organização mais eficaz, integrando a classe operária. Neste sentido, aferimos, que as políticas públicas educacionais compõem essa teia de mecanismos do capitalismo para integrar a classe operária à sociedade, sem que esta assuma um papel de protagonismo e liberdade e a função da escola acaba por reproduzir o sistema e demandas do capital.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Constituição dos Estados Unidos do Brasil (1937)**. Outorgada em 10 de novembro de 1937.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil (1946)**. Promulgada em 18 de setembro de 1946.

32º Encontro Anual de Iniciação Científica
12º Encontro Anual de Iniciação Científica Júnior



23 e 24 de Novembro de 2023

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil (1967)**. Promulgada em 24 de janeiro de 1967.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Promulgada em 5 de outubro de 1988.